

ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES COM BASE NO ESTUDO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS-AM

Karla Francisca Margarido Braga Gurgel ¹

RESUMO: A análise do atendimento às necessidades das Pessoas com Deficiência possibilitada pelo espaço físico de uma escola na rede estadual de ensino em Manaus-AM originou este trabalho que teve como meta geral subsidiar a elaboração de alternativas para o planejamento de ambientes destinados à utilização de todas as pessoas. O estudo recorreu à pesquisa quantitativa envolvendo a aplicação de um questionário direcionado a pais e professores de alunos com deficiência contendo perguntas relativas a acessibilidade escolar. A pesquisa evidenciou que, apesar dos significativos avanços garantidos pelas leis específicas que garantam o direito à cidadania aos alunos com deficiência, o ambiente físico de nossas escolas ainda contém muitos obstáculos que impedem a mobilidade das pessoas com deficiência, evidenciando seu despreparo para recebê-las. Constatou-se que a acessibilidade no ambiente escolar é um desafio uma oportunidade que traz para escola o papel de acolher todas as pessoas sem exceção, ensinando a importância de aprender com a diversidade e de conviver com as diferenças, garantindo a todos o direito a educação, onde o educando se sinta como parte desse processo e favorece o ensino-aprendizagem de ambos e contribui para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões: física, intelectual, social e emocional. É importante ressaltar que para os desafios sejam superados em diferentes condições físicas, é necessária a compreensão plena das atividades desenvolvidas em cada espaço, desde a concepção dos equipamentos até as necessidades pedagógicas individuais, tendo em vista criar ambientes que estimulem o desempenho das tarefas de maneira independente, sem auxílio de outros

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão, Escola, Aluno, Aprendizado.

INTRODUÇÃO

Conforme a Lei de inclusão da pessoa com deficiência nº 13.146/2015 no seu artigo 3º, consideram-se acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No município de Manaus-AM existem 229 escolas da rede estadual de ensino e aproximadamente 3.890 alunos matriculados com algum tipo de deficiência. Reconhecendo os direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988 – Onde trata de Educação

¹ Pedagoga Graduada pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA. Professora da Rede Estadual de Ensino no Amazonas. karla.gurgel@bol.com.br

Especial, Lei nº 9394/96 – LDBN – Educação Especial, Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial e Lei nº 10.536/02 – Libras. Este estudo buscou investigar qual a opinião de pais e professores de uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Manaus/AM sobre a acessibilidade escolar.

A escola é a base da construção da cidadania e é nela que o combate à desigualdade deve iniciar por ser um espaço preferencial para que a integração ocorra. A inclusão escolar assume diferentes formas e necessita da implantação de um espaço acessível, visto que o ambiente inadequado sem acessibilidade pode contribuir para a segregação e impedindo a sua inclusão social e escolar.

O objetivo deste trabalho foi identificar fatores na escola que não estejam em consonância com as políticas públicas de acessibilidade, para que posteriormente, junto à equipe docente e de gestão pudéssemos promover sugestões e atividades que possam minimizar possíveis dificuldades e barreiras.

METODOLOGIA

O método empregado foi à abordagem quantitativa segundo Volpato (2017) através de entrevista estruturada com questionários de perguntas fechadas.

O questionário da entrevista foi aplicado individualmente com 3 professores e 3 pais de alunos que possuem algum tipo de deficiência e estejam matriculados e frequentando a escola. As respostas foram transcritas, interpretadas e discutidas.

DESENVOLVIMENTO

A legislação sobre Acessibilidade no Brasil é uma das melhores das Américas, porém, é uma das menos cumpridas, enfrentando dificuldades em sua aplicação. Para mudar esse quadro, o Governo e suas instituições coligadas como o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem focado esforços no desenvolvimento e avaliação de políticas inclusivas através da publicação de Leis, Decretos e Normas que passam a conscientizar e responsabilizar a sociedade, seja no âmbito civil, público ou privado, sobre a importância de promover e assegurar condições de igualdade, direitos e liberdades fundamentais aos deficientes, visando sua inclusão social e cidadania.

De acordo com a história a educação especial no Brasil iniciou no século XIX a partir do momento que a sociedade tomou conhecimento de movimento em países europeus que criavam alternativas para se trabalhar com pessoas com necessidades especiais e por

intermédio de autoridades bem relacionadas com o Imperador que leva ao seu conhecimento tais fatos que o sensibilizou. Conforme afirma Mazzotta (2001, p.28).

Podemos notar que o atendimento no âmbito escolar das pessoas com necessidades especiais foi oficializado no Brasil, por D. Pedro II com o Decreto de Nº 1.428, que fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854. Mas tarde recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant (IBC). Após três anos com a criação da Lei de nº 839 de 26 de setembro de 1857, criou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, também localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com Mazzotta (2003, 27-28), os Institutos para atendimento as pessoas com necessidades especiais aparecem em duas perspectivas: “iniciativas oficiais – particulares isolados e iniciativas oficiais de âmbito nacional, o que surge mais de punho assistencial que mesmo de inclusão”.

Deste modo para Mazzotta (2003,49-50), a educação especial passa a existir a partir de uma proposta que denuncia a discriminação e a exclusão.

O que se percebe é que se vai caracterizando a educação ora como conquista, ora como concessão e ainda ora como direito e outras vezes como obrigação.

Observa-se que durante quase cem anos na esfera federal pouco foi feito em prol do atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais. Porém, no âmbito estadual e particular houve mais avanço e comprometimento para com os educandos no campo escolar.

No Brasil, muitas leis garantem os direitos das pessoas com necessidades especiais, de acordo com Andrade (2007, p.40) entre elas podemos citar: Lei nº 7.853/89, que “dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência, sua integração, define crimes contra o preconceito e dá outras providências”, Lei nº 10.098/2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade”.

Em decorrência de análises, legislação e normas, destaca-se, de início, a 1ª Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 4.024/61 que segundo Lisita (2003), afirma o direito aos excepcionais à educação, indicando no seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

Observa-se que já neste momento o princípio básico implícito é que a educação dos excepcionais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacional organizados para a população em geral.

De acordo com a legislação, todos os locais de uso coletivo e público devem ter garantidos os direitos à acessibilidade e a fiscalização tem papéis muito bem definidos entre a

União, Estados e Municípios. Assim como um guarda de trânsito deve punir quem usa uma vaga restrita para deficientes, um engenheiro e/ou arquiteto deve ser atento à importância de rampas de acesso, elevadores para deficientes e sinalizações em sua obra. De forma complementar, a Prefeitura jamais deve liberar o alvará caso esta obra não atenda às exigências relacionadas à acessibilidade. A questão da acessibilidade sempre foi muito relacionada à deficiência física e as limitações impostas pelas barreiras como rampas, degraus e outras dificuldades. No entanto, é fundamental compreender que a acessibilidade vai muito além e pode ser dividida em, pelo menos, seis tipos, todos com o mesmo objetivo: eliminar as barreiras que impedem portadores de deficiência de terem as mesmas oportunidades do restante da sociedade, portanto podemos citar alguns tipos de acessibilidades:

Acessibilidade Arquitetônica: É o tipo de acessibilidade onde não existem barreiras físicas, nas residências, nos edifícios, nos equipamentos e espaços urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo;

Acessibilidade Atitudinal: Tipo de acessibilidade onde se prioriza o respeito, sem preconceitos, discriminação, estereótipos ou estigmas em relação à sociedade como um todo;

Acessibilidade Comunicacional: Forma de acessibilidade que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornais, livros, apostilas, revistas, etc.) e virtual (acessibilidade digital);

Acessibilidade Instrumental: Definida pela ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.);

Acessibilidade Metodológica: Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar);

Acessibilidade Programática: É o tipo de acessibilidade sem barreiras embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais).

No Amazonas, o atendimento a pessoas com Necessidades Educacionais Especiais começou por iniciativa privada com a implantação do Instituto Montessoriano. No início da

década de 70, alguns professores da rede estadual foram especializados no Rio de Janeiro por iniciativa da Secretaria Estadual de Educação junto ao Ministério da Educação. A partir de 1972, foram implantadas as três primeiras classes especiais em escolas comuns destinadas ao atendimento educacional de alunos com deficiência visual, auditiva e mental, que significaram o marco inicial na escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais, que viviam sem nenhuma expectativa de desenvolvimento de suas capacidades Andrade (2004, p.15).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 3º inciso IV (p.91) “o respeito pela deficiência e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade” e define no Art. 205 (p.56), “a educação como direito de todos, garantindo pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, continuando no Art. 206, inciso I (p. 56), estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios de ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino art. 208, inciso III (p. 56), citando no referido artigo que “haverá atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda na concepção que a educação é um direito de todos e o direito a educação é assegurado. No entanto muitos fatores ainda interferem no processo de inclusão impedindo sua implantação de maneira satisfatória e o que demonstra em Leis é que apesar de assegurar o direito, na prática não vem sendo obedecida pela educação através das Políticas Públicas, analisando este direito assegurado pela educação através das Políticas Públicas, analisando este direito assegurando, Ferreira (apud LIMA 2006, p.31).

Nessa ótica percebe-se que o movimento que reconhece o direito de todos à educação vem exigindo o ajustamento dos sistemas escolares no sentido de rever paradigmas e melhorar o ensino oferecido, em consequência a educação inclusiva que tem sido repensada em suas ideias de suporte, tendo a necessidade de mudanças nas suas formas de atuação.

De acordo com Lima (2006, p.22), em 1994 “ocorriam modificações no sistema educacional da Espanha, pois, o governo federal espanhol não se encontrava satisfeito com a política para as pessoas com necessidades educacionais especiais”, por meio disso iniciava-se um processo de mudanças contribuindo para propostas como da “Declaração de Salamanca, ocorrida na cidade de Salamanca na Espanha, 1994”, onde segundo documentos se fez presente “oitenta e oito governos e vinte e cinco organizações internacionais”, que em assembleia, proclamaram alguns princípios e propuseram uma estrutura de ação em educação.

O Brasil por sua vez possuía representantes que fizeram parte da assembleia em Salamanca e com isso, segundo a autora acima supracitada, “passa a adotar a proposta da Declaração que é constituída de oitenta e cinco artigos”, cujo eixo é a conquista da cidadania integral, e propõe a inclusão das pessoas com necessidades educacionais no ensino comum e sua participação plena.

Seguindo o raciocínio, percebe-se que a escola inclusiva é aquela que procura suprir as necessidades na medida do possível, adequando-se para o recebimento do educando com deficiência, o que implica em um processo contínuo de melhorias da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma comunidade local, o processo de inclusão abrange o direito da pessoa com necessidades especiais a igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade, deste modo o sistema educacional inclusivo é aquele que permite a convivência de todos no cotidiano, na diversidade que constitui os agrupamentos humanos.

Além disso, de acordo com Andrade (2007, p.20), em concordância com a Constituição Brasileira de 1988, cria-se a Lei nº 9.394/96, que reserva um capítulo destinado a educação de pessoas com necessidades especiais. Portanto, segundo a lei acima citada educação especial é um dos temas da educação voltada para o atendimento de pessoas com deficiência. Porém seu conceito ao longo do tempo tem passado por modificações significativas pela comunidade escolar visando atender as necessidades de construir coletivamente condições para o educando com necessidades educacionais especiais.

Outro fato importante no avanço da inclusão de acordo com Lima (2006) foi a convenção de Guatemala ocorrida em 28 de 1999 “que foi o encontro ibero-americano que abolia toda a forma de discriminação na sociedade”, o relator da conferência esteve no Brasil, indagando que as condições sociais e as oportunidades de pessoas com deficiência em nível socioeconômico desfavorecidos são tão diferentes quanto aquelas existentes entre as pessoas que não apresentam deficiência, porém pertencem a este nível socioeconômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola que contribuiu com este estudo está localizada na zona Sul do Município de Manaus-AM, possui três (3) andares e atende um público do 1º ano do fundamental I até a 3ª série do Ensino Médio.

Para garantir a acessibilidade de seus alunos com deficiência física e visual a escola dispõe de elevador, demarcador tátil no piso, portas largas nas salas e banheiros, banheiro adaptado para usuários de cadeiras de rodas e demarcação em brile nos botões do elevador conforme as figuras de I a IX.

Figura I- demarcação tátil no piso



Figura II- demarcação tátil no piso



Figura III, IV e V- Banheiro adaptado para usuários de cadeira de rodas



Figura VI- Rampa de acesso



Figura VII, VIII e IX- Identificação em Brile nas dependências da escola



No corpo discente da escola constam 04 alunos com algum tipo deficiência física como: cegueira, usuários de cadeira de rodas, muletas ou andadores. Apesar da estrutura da escola sentimos a necessidade de investigar qual a opinião de pais e professores sobre a acessibilidade e o que seria possível melhorar em benefício dos estudantes.

Para as perguntas feitas aos professores obtivemos as seguintes respostas:

PERGUNTA I – VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA POSSUI UMA ESTRUTURA ADEQUADA PARA ATENDER ALUNOS COM DEFICIÊNCIA? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.

Professor I- Sim, existem rampas, banheiros adaptados e placas sinalizando inclusive.

Professor II- Sim, mas na sala de aula não tem mesa pra alunos que usam cadeira de rodas.

Professor III- Sim, a escola tem bastante acessibilidade.

Observa-se que os professores apesar de reconhecer que a escola possuem acessibilidade, porém também reconhecem que ainda há muito a ser conquistando para que ocorra uma acessibilidade que possa assegurar uma inclusão satisfatória.

PERGUNTA II- VOCÊ JÁ PRESENCIOU ALGUMA SITUAÇÃO DE DIFICULDADE DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA? COMENTE.

Professor I- Já, uma vez o elevador não funcionou e o aluno que usava cadeira de rodas teve que ter a cadeira carregada por colegas e monitores.

Professor II- Não, nunca.

Professor III- Não, mas acho que podíamos melhorarm não em termos de estrutura, mas no conhecimento. Não me sinto preparado pra atender um deficiente visual por exemplo e acho que não tem material pra isso.

A acessibilidade arquitetônica e a acessibilidade comunicacional são um dos tipos essenciais para que se possa ocorrer à integração do aluno no meio ao qual passa a fazer parte.

O professor III cita que não sente-se preparado para atender deficientes visuais, o que dificultaria o seu trabalho com o aluno caso venha a ter.

PERGUNTA III- VOCÊ TEM ALGUMA SUGESTÃO DE MELHORIA PARA A ESCOLA E EQUIPE DE GESTÃO/PEDAGOGIA QUE POSSA PROMOVER A ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS E DE MAIS FREQUENTADORES DA ESCOLA?

Professor I- Não, nenhuma. Mas a escola deveria promover mais formações e palestras sobre o assunto não só pra nós, mas pros outros funcionários e pais de alunos.

Professor II- Algumas salas não tem claridade o suficiente para alunos com dificuldades visuais.

Professor III- A escola deveria ter mesas adequadas para alunos que usam cadeiras de rodas, caixas de madeira para regular a postura de alunos com baixa estatura proveniente de alguma deficiência ou não.

Para as perguntas feitas aos responsáveis pelos alunos obtivemos as seguintes respostas:

PERGUNTA I – VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA POSSUI UMA ESTRUTURA ADEQUADA PARA ATENDER ALUNOS COM DEFICIÊNCIA? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.

Responsável I- Sim, acho.

Responsável II- Um pouco, o elevador me dá receio,

Responsável III-Sim, possui.

PERGUNTA II- SEU FILHO(A) JÁ PASSOU ALGUMA SITUAÇÃO DE DIFICULDADE DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA? COMENTE.

Responsável I- Não, nunca.

Responsável II- Nunca tivemos esse problema.

Responsável III- Não que eu me lembre.

PERGUNTA III- VOCÊ TEM ALGUMA SUGESTÃO DE MELHORIA PARA A ESCOLA E EQUIPE DE GESTÃO/PEDAGOGIA QUE POSSA PROMOVER A ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS E DE MAIS FREQUENTADORES DA ESCOLA?

Responsável I- Se meu filho precisar de atendimento na sala da pedagogia ele não consegue entrar lá, pois o espaço é pequeno e não entra cadeira de rodas.

Responsável II- Meu filho, por conta da deficiência, é muito pequeno e a cadeira da escola é grande demais pra ele, ele reclama de dificuldades no equilíbrio pra copiar do quadro.

Responsável III- A entrada na recepção da escola possui degrau, dificulta a acessibilidade não apenas de alunos deficientes, mas dos responsáveis que venham a ter algum problema pra subir escadas e idosos.

A aplicação do questionário foi realizada no período de 3 de junho a 21 de junho de 2019, de forma individualizada pela própria pesquisadora na escola, em um local que respeitasse a privacidade do entrevistado. Antes da pesquisa era efetuada uma breve descrição dos objetivos dela e solicitada a cooperação. A duração da entrevista foi cerca de quinze a vinte minutos. Todos os entrevistados tiveram participação voluntária e seus dados serão mantidos no anonimato.

A análise dos dados foi realizada através da sistematização dos dados obtida através do instrumento de coleta, as respostas dadas pelos professores entrevistados foi transcrita em papel depois e esquematizada através da tabela I.

Tabela I- Análise das respostas dos professores

Pergunta I	Todos concordam que a escola apresenta acessibilidade, mas sinalizam sugestões.
Pergunta II	Apenas um presenciou uma situação de falha na acessibilidade da escola, por motivos técnicos.
Pergunta II	Maioria fez sugestões relacionadas a estrutura da escola e formação continuada.

Fonte: autoria própria

As respostas dadas pelos responsáveis dos alunos que foram entrevistados também foi transcrita em papel depois e esquematizada através da tabela II.

Tabela II- Análise das respostas dos professores

Pergunta I	Todos concordam que a escola apresenta acessibilidade.
Pergunta II	Não relataram situações que indicassem falhas na acessibilidade escolar.

Pergunta II	Todos fizeram sugestões relacionadas a estrutura da escola.
-------------	-------------------------------------------------------------

Fonte: autoria própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à desigualdade implica que as pessoas com deficiência de fato e de direito tenham acesso aos bens sociais, devendo iniciar-se este processo na escola, base e construção da cidadania, espaço preferencial para que a integração ocorra. A inclusão escolar assume diferentes formas e prescinde da implantação de um espaço acessível, visto que o ambiente inadequado constitui um forte aliado para a segregação, dificultando o acesso do aluno ao ambiente de ensino e por conseguinte impedindo a sua inclusão social.

Diante do que foi exposto, observa-se que a acessibilidade ocorre quando todos participam, podemos concluir que a escola vem alcançando seus objetivos, proporcionando igualdade de condições no que se refere ao direito de aprendizagem dos educandos. Em uma sociedade inclusiva as pessoas com deficiência não precisam ser tratadas como coitadinhas, mas sim respeitando os seus direitos, pois assim que estiverem as mesmas oportunidades que as demais irão sentir-se participantes do processo, desenvolvendo as competências que se propõe os sistemas de ensino. A aplicação dos questionários permitiu que fosse possível detectar barreiras atitudinais e institucionais e fomentou o debate com o corpo docente, ampliando a discussão sobre o papel da acessibilidade física no processo de inclusão escolar, através dos relatos entendemos que embora a escola possua recursos e tenha um espaço que favoreça a acessibilidade, ainda existem itens que necessitam ser melhorados que podem ser facilmente resolvidos com pequenos reparos e atitudes.

REFERÊNCIAS

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso.** *Revista Brasileira de Educação*, v.14 n.40, p.116-129, 2009.

BRASIL, MEC/MPAS. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Tradução Edilson Alkimim Cunha. 2. Ed. Brasília: Conde, 1994.

FERREIRA, M^a Elisa; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIMA Priscia Augusta e Therezinha Vieira. **Educação inclusiva e Igualdade social**. São Paulo; Avercamp, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, 23 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade, 23 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004, PP. 51-66.

SILVA, Adilson F. da (org). **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Ministério da Educação. 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.

VERBANA, Moreira S. de S. Lisita, Luciana Freire E.C.P. Souza (org). **Políticas educacionais práticas escolares alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.